

MAIO 2025

EDIÇÃO 36

- p. 8 Participação do MPC-MG em publicação internacional e destaque para ação climática marcam congresso em Manaus
- p. 10 Ampcon realizará XVI Congresso Nacional do Ministério Público de Contas
- p. 11 MPC-MG na IV Semana do Controle Interno: Promoção da Política Municipal de Integridade – Controladoria em Movimento
- p. 14 Procuradora Corregedora do MPC-MG participa do Corregedoria Day
- p. 16 MPC-MG promove palestra do Projeto “Conhecendo o MPC”
- p. 18 MPC-MG promoverá 1º Ciclo de Palestras do ano no âmbito do 5º Programa de Capacitação
- p. 19 Procurador-Geral do MPC-MG participa de 3º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas
- p. 21 MPC-MG participa de Reunião Técnica da Rede Ouvir
- p. 22 MPC-MG firma Termo de Cooperação com Faculdade Milton Campos para ampliar o projeto “Conhecendo o MPC”
- p. 23 Procurador-Geral do MPC-MG participa de abertura da IV Semana Mineira de Controle Interno
- p. 25 MPC-MG participa do lançamento do Plano de Gestão 2025-2026 do TCE-MG
- p. 28 MPC Cast 4ª temporada

E AINDA...

- p. 29 Lex Data
- p. 30 Coluna Iurisprudencia
- p. 36 MPC-MG em Números

MPC-MG no IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas

por Simone Pereira

O dispositivo de honra da abertura. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Aconteceu entre 26 e 29 deste mês o IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, em Manaus (AM), que teve como tema “Desenvolvimento e Controle: Políticas Públicas Descentralizadas e a COP 30.

Consolidado como um dos mais importantes eventos no âmbito de controle e fiscalização da Administração Pública, o evento reúne especialistas nacionais e internacionais para debaterem acerca do desenvolvimento e controle de políticas públicas descentralizadas, com foco especial na COP 30 e na Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

Na oportunidade, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais foi sendo representado pelo Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco, pela Procuradora Corregedora, Sara Meinberg, pela Procuradora-Ouidora, Elke Moura e pela Procuradora Maria Cecília Borges.

Confira detalhadamente a participação do *Parquet* de contas mineiro no evento.

MPC-MG no IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas

(continuação)

MPC-MG nos Comitês Técnicos

Na segunda, o Procurador-Geral e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, e a Procuradora-Ouvidora, Elke Moura 26, participaram de Reunião do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles interno e social do Instituto Rui Barbosa (IRB). Marcílio Barenco também participou de Reunião do Comitê Técnico de Acessibilidade e Inclusão.



O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco. Foto: Acervo pessoal.



Felipe Rosa, Elke Moura, Edilson de Souza Silva, Marcílio Barenco, Durval Ângelo, Gabriel Léger. Foto: Acervo pessoal.



A Procuradora do MPC-MG Maria Cecília Borges. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG na Programação Científica

Na manhã da terça, 27, a Procuradora Maria Cecília Borges, apresentou, juntamente com o Assessor Ilder Miranda, na Programação Científica do Congresso, artigo intitulado “Os Tribunais de Contas e a fiscalização de políticas públicas ambientais”, enfatizando o papel do TCE-MG na apuração de ofensa aos princípios da economicidade e da eficiência na execução de contratos administrativos de desassoreamento e limpeza da Lagoa da Pampulha, que resultaram no aterramento de enseadas da extremidade oeste do cartão postal de Belo Horizonte.

A tese defendida é que tais intervenções impedem a contemplação da orla e do espelho d'água da Lagoa da Pampulha, em flagrante lesão ao direito de fruição daqueles bens culturais protegidos por tombamento.

Em atuação conjunta com o Ministério Público Federal, a investigação do MPC-MG já resultou em ação civil pública e a repercussão do caso alcança, agora, projeção internacional. O passo é importante na defesa de todos (princípio ambiental da participação) na restauração integral do espelho d'água da Lagoa da Pampulha, bem como de sua orla.

MPC-MG no IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas

(continuação)



Os Procuradores presentes na reunião. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG na Reunião da Ampcon

Na tarde de terça, 27, os Procuradores do MPC-MG participaram de reunião institucional da Ampcon. Estiveram presentes o Procurador-Geral e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, a Procuradora Corregedora, Sara Meinberg e a Procuradora Maria Cecília Borges.

A reunião foi conduzida por Marcílio Barenco e contou com a presença de membros da Diretoria da Ampcon e de associados de diversos estados. Na pauta, foram discutidos temas de interesse comum dos Ministérios Públicos de Contas de todo o país, com ênfase para a agenda ambiental. Durante o encontro, foi exibido um vídeo da campanha de divulgação de duas recomendações voltadas à mitigação da crise climática. A iniciativa é do Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC-AM), em parceria com outras instituições de controle.

Também participaram da reunião os seguintes membros da Diretoria da Ampcon: o 2º Diretor Executivo e Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger; a Diretora Adjunta e Corregedora-Geral do MPC-RO, Érika Patrícia Saldanha de Oliveira; a Diretora Adjunta e Procuradora do MPC-AP, Rachel Barbalho Ribeiro Silva; e o 2º Tesoureiro e Procurador-Geral do MPC-AL, Enio Andrade Pimenta.

Entre os demais representantes dos Parquets de Contas presentes estavam: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes (MPC-SE), Aline Assuf (MPC-RJ), Gilmar Lima (MPC-PE), Ruy Marcelo (MPC-AM), Ernesto Tavares Victoria (MPC-RO), Cláudia Fernanda (MPC-DF), Felipe Rosa Cruz (MPC-PA), Antônio Clésio Cunha dos Santos (MPC-AP), Sérgio Caribé (MPTCU); Heron Carlos Gomes de Oliveira (MPC-ES); Anna Helena de Azevedo Lima Simão (MPC-AC); e Leandro Maciel (MPC-PI).

MPC-MG no IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas

(continuação)

MPC-MG na Solenidade de Abertura do Congresso

O Congresso foi aberto oficialmente na noite de terça, 27, com apresentações culturais e palestra magna. Após a composição do dispositivo de honra e a execução do Hino Nacional, a palavra foi passada para as autoridades. A Presidente do TCE-AM, Conselheira Yara Amazônia Lins, apontou a necessidade do Congresso:

“

Este evento propõe um debate profundo e necessário sobre temas urgentes, como a governança ambiental, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos – especialmente no que se refere à preservação do nosso patrimônio natural. Parabéns ao Instituto Rui Barbosa pela iniciativa, assim como às entidades parceiras.

”

O Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro Edilson Silva, conceituou o evento como emblemático:

“

A realização deste evento aqui no Amazonas adquire um simbolismo ainda maior, neste momento em que o país e o mundo se preparam para a COP 30, que será realizada aqui no Brasil, sediada no belíssimo Estado do Pará. Este congresso insere-se, portanto, como um evento pré-COP 30, alinhado com a necessidade de refletirmos sobre políticas públicas sustentáveis, sobre a proteção ambiental e sobre o papel essencial das instituições de controle externo na garantia da efetividade de políticas públicas tão necessárias ao nosso povo, à nossa gente. Neste contexto, ganha ainda mais relevância o compromisso assumido pelas instituições coirmãs, aqui representadas pelo Instituto Rui Barbosa, com o fortalecimento da qualificação



Marcílio Barenco ao centro. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

dos Tribunais de Contas, a disseminação de boas práticas e a promoção de políticas públicas que sejam sustentáveis, responsáveis e transformadoras da vida dos brasileiros.

”

Por fim, o Presidente do Instituto Rui Barbosa, Edilberto Pontes, destacou a importância da sustentabilidade como eixo do desenvolvimento e alertou para os riscos de retrocessos ambientais sob o pretexto de acelerar investimentos. Ele reforçou o papel estratégico dos Tribunais de Contas na promoção de políticas públicas responsáveis e coerentes com os compromissos da sociedade brasileira. Ao falar da atuação dos órgãos de controle, ele foi enfático ao afirmar:

“

Não há sustentabilidade sem controle. Não há controle efetivo sem atenção às realidades concretas dos territórios.

”

A palestra da abertura oficial do evento ficou a cargo da Conselheira Dolores Genaro Moya, Vice-Presidente do Tribunal de Contas da Espanha e teve como tema “Avaliação de Políticas Públicas como pilar estruturante da Democracia”.

MPC-MG no IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas

(continuação)

Para o Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon:

“ O Congresso, além de ser um espaço de reflexão e preparação para COP 30, é uma oportunidade singular de reafirmarmos o papel estratégico das instituições de controle na indução de políticas públicas eficazes, sustentáveis e socialmente responsáveis. Ao reunir diferentes olhares sobre a descentralização das políticas públicas e os desafios ambientais contemporâneos, o evento contribui para o fortalecimento da democracia, da governança pública e da fiscalização cidadã. É essencial que o Ministério Público de Contas esteja presente nesses debates, colaborando com a construção de soluções que dialoguem com a realidade dos territórios e promovam justiça social e ambiental. ”



O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Márcilio Barenco. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



A Procuradora Corregedora do MPC-MG, Sara Meinberg. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



A Procuradora-Ouvidora do MPC-MG, Elke Moura (à esquerda). Foto: JK Freitas | MPC-MG.



A Procuradora do MPC-MG Maria Cecília Borges. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG no IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas

(continuação)

As autoridades

Além de Marcílio Barenco, compuseram a mesa de honra o Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, e a Presidente do TCE-AM, Conselheira Yara Amazônia Lins; o Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro Edilson Silva, o Governador do Estado de Roraima, Antônio Denarium; o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Adjuto Afonso; a Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Leda Mara Albuquerque; o Defensor Público-Geral do Estado do Amazonas, Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa; e o Corregedor Regional do trabalho, Desembargador Alberto Bezerra De Melo.

Ainda na mesa, os Presidentes de Tribunais de Contas internacionais: de Portugal, Juíza Conselheira Filipa Urbano Calvão; da Província de Formosa, Conselheira Miriam Esther Radrizani; de São Tomé e Príncipe, Juiz Conselheiro Ricardino Costa Alegre; do Panamá, Magistrado Rainier Alexis Del Rosario Franco; além da Vice-Presidente do Tribunal de Contas da Espanha, Conselheira Dolores Genaro Moya; e da Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes, do Tribunal de Contas de Angola;

Completaram a composição o Presidente da Secretaria Permanente dos Tribunais de Contas, Órgãos Públicos e Organismos de Controle Externo da República Argentina, Sérgio Tomás Oste; o Presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Conselheiro Thiers Montebelo; representando o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), a Presidente do TCE-SE, Conselheira Susana Azevedo; o Presidente da Associação das Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul (Asur), Conselheiro Presidente do TCE-RS, Marco Peixoto; a Presidente da Associação

Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), Conselheira Substituta Milene Cunha; o Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco Corrêa de Mello; a Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), Adriana Cuoco Portugal; o Coordenador-Geral da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Conselheiro Júlio Pinheiro; e a Diretora Técnica do Sebrae Amazonas, Lamiisse Said Cavalcanti.

Autoridades dos MPCs

Ainda marcam presença no Congresso membros da Diretoria da Ampcon: o 2º Diretor Executivo e Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger; a Diretora Adjunta e Corregedora-Geral do MPC-RO, Érika Patrícia Saldanha de Oliveira; a Diretora Adjunta e Procuradora do MPC-AP, Rachel Barbalho Ribeiro Silva; e o 2º Tesoureiro e Procurador-Geral do MPC-AL, Enio Andrade Pimenta.

Entre os demais representantes dos Parquets de Contas presentes estavam: Eduardo Santos Roremberg Côrtes (MPC-SE), Aline Assuf (MPC-RJ), Gilmar Lima (MPC-PE), Ruy Marcelo (MPC-AM), Ernesto Tavares Victoria (MPC-RO), Cláudia Fernanda (MPC-DF), Felipe Rosa Cruz (MPC-PA), Antônio Clésio Cunha dos Santos (MPC-AP), Sérgio Caribé (MPTCU); Heron Carlos Gomes de Oliveira (MPC-ES); Anna Helena de Azevedo Lima Simão (MPC-AC); e Leandro Maciel (MPC-PI).

A Ampcon no evento

Além de marcar presença com um estande institucional que destacou a atuação do Ministério Público de Contas em todo o país, a Ampcon promoveu Reunião Preparatória entre seus membros durante o Congresso, dedicada à discussão de temas estratégicos relacionados

MPC-MG no IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas

(continuação)

à atuação do MPC, com ênfase na agenda climática e na contribuição dos órgãos de controle para o enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos. ■



O estande da Ampcon. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Marcílio Barenco ladeado por Mariane Ribeiro e Juan Karlos Freitas (servidores no MPC-MG).
Foto: Acervo pessoal.

GALERIA DE FOTOS

MPC-MG no IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas

(continuação)

GALERIA DE FOTOS



5



6

LEGENDAS

1: Felipe Rosa, Elke Moura, Edilberto Pontes, Durval Ângelo, Marcílio Barenco, Gabriel Léger e Gilmar Lima. Foto: Acervo pessoal. | 2: Marcílio Barenco (ao centro) ladeado por Gilmar Lima, Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça e Oziel Pereira. Foto: Acervo pessoal. | 3: A apresentação. Foto: JK Freitas. | 4: Maria Cecília Borges e Ílder Miranda Costa. Foto: IRB. | 5: Gilmar Lima, Cláudia Fernanda, Elke Moura, Maria Cecília Borges, Sara Meinberg, Anna Helena e Antônio Clésio. Foto: Acervo pessoal. | 6: A apresentação cultural. Foto: JK Freitas |

Participação do MPC-MG em publicação internacional e destaque para ação climática marcam congresso em Manaus

por Simone Pereira

A atuação do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais no campo ambiental ganhou destaque durante o IX Congresso Internacional de Controle e de Políticas Públicas, realizado em Manaus (AM). O evento, que reuniu representantes de instituições de controle de todo o país, foi palco para o lançamento do livro **“Os tribunais de contas e a sustentabilidade”**, que inclui artigo assinado pela Procuradora de Contas Maria Cecília Borges e pelo Assessor Ílder Miranda Costa.

Com o título **“Os tribunais de contas e a fiscalização de políticas públicas ambientais”**, o artigo integra a obra publicada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), com coordenação de Edilberto Carlos Pontes Lima e edição da Fórum.



Maria Cecília Borges e Ílder Miranda Costa.
Foto: Acervo pessoal.

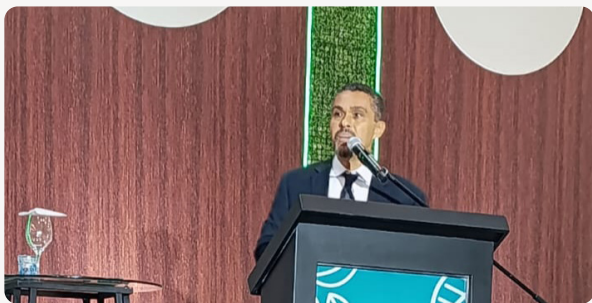
No lançamento, realizado na terça-feira (28), os autores apresentaram as principais contribuições do texto, que analisa o papel dos tribunais de contas na fiscalização e no fortalecimento das políticas ambientais.

Participação do MPC-MG em publicação internacional e destaque para ação climática marcam congresso em Manaus

(continuação)

Ainda dentro da programação do congresso, o Procurador do MPC-AM Ruy Marcelo Alencar de Mendonça participou do Painel 3, que teve como tema “Mudança Climática”, e abordou os impactos ambientais e sociais enfrentados pela Amazônia e suas populações tradicionais diante das mudanças climáticas. Durante sua fala, Ruy Marcelo destacou a importância da atuação propositiva dos Ministérios Públicos de Contas e apresentou uma das recomendações aprovadas pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), por meio de sua Coordenadoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente.

A iniciativa partiu do MPC-AM e resultou em duas recomendações voltadas à mitigação das mudanças climáticas. Uma orienta os Estados à elaboração de inventários de carbono, enquanto a outra propõe aos Municípios a formulação de planos locais de adaptação



Ruy Marcelo durante sua fala.
Foto: Acervo pessoal.



Exemplares da publicação.
Foto: Acervo pessoal.

climática. Os documentos estão disponíveis para replicação por órgãos interessados em promover a pauta ambiental no âmbito do controle externo.

A recomendação voltada aos Municípios, apresentada no Congresso, sugere que os prefeitos priorizem investimentos financeiros para reduzir os impactos ambientais e sociais da crise climática, em consonância com os objetivos do Acordo de Paris e com os compromissos da COP 30, que será realizada em Belém no próximo ano. A medida integra a campanha “Plano de Ação Climática”, coordenada pela Ampcon, e reforça o papel dos órgãos de controle na indução de políticas públicas sustentáveis. ■

11 DE MAIO

DIA DAS MÃES



O amor de mãe por seu filho é diferente de qualquer outra coisa no mundo. Ele não obedece à lei ou piedade, ele ousa todas as coisas e extermina sem remorso tudo o que ficar em seu caminho.

Agatha Christie

O MPC-MG, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, e pelo Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, deseja um feliz dia das mães!



ANOTE NA AGENDA!

Ampcon realizará XVI Congresso Nacional do Ministério Público de Contas

por Simone Pereira

XVI Congresso Nacional do Ministério Público de Contas

REALIZAÇÃO
AMPCON 40 ANOS

3 a 5 de Setembro 2025

Belo Horizonte
Minas Gerais

TEMA
Consensualismo e Inteligência Artificial no Controle Externo

INSCREVA-SE!

REALIZAÇÃO
AMPCON 40 ANOS

APOIO
MPC-MG Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais
TCE-MG Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
AUDICON Associação dos Auditores do Estado de Minas Gerais
Instituto Rui Barbosa

PATROCÍNIO
ATRICON Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios
CARTÓRIOS DE PROTESTO INSTITUTO DE PROTESTO - IUPRO

Foto: Divulgação/Qu4rto Studio/Acervo Belotur

E stão abertas as inscrições para o **XVI Congresso Nacional do Ministério Público de Contas**. O evento, que marca os 40 anos da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), ocorrerá nos dias 3, 4 e 5 de setembro no Auditório Vivaldi, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Na ocasião, especialistas e autoridades convidados debaterão os principais desafios e as inovações no campo do controle da Administração

Pública. As temáticas centrais desta edição serão o Consensualismo e o uso da Inteligência Artificial no âmbito do controle externo.

A realização é da Ampcon, com o apoio do MPC-MG, TCE-MG, Atricon, Audicon, IRB, Abracom, ANTC, além de contar com o patrocínio do IEPTB-MG. Acompanhe os canais oficiais da entidade para mais informações sobre a programação. ■

MPC-MG na IV Semana do Controle Interno: Promoção da Política Municipal de Integridade – Controladoria em Movimento

por Simone Pereira



Autoridades presentes no evento. Foto: Acervo pessoal.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou da IV Semana do Controle Interno: Promoção da Política Municipal de Integridade – Controladoria em Movimento, promovida pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e realizada no Auditório JK, no edifício sede.

No dia 6, participaram o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco, como palestrante, e o Subprocurador-Geral do MPC-MG e 1º Diretor Executivo da Ampcon, Daniel Guimarães. Já no dia 7, marcou presença ministrando palestra a Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG, Maria Tereza Fonseca Dias.



Jéssica Maciel, Mariana Bueno e Maria Tereza Dias.
Foto: CGM-BH.

MPC-MG na IV Semana do Controle Interno: Promoção da Política Municipal de Integridade – Controladoria em Movimento

(continuação)

Confira o resumo das palestras:

Palestra Marcílio Barenco

O Procurador Geral do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco, e o Diretor-Geral do TCE-MG, Gustavo Vidigal, compuseram o segundo painel: **“Fortalecendo a gestão pública: integração entre controle interno e externo para entrega de qualidade à sociedade”**, ao lado do Controlador-Geral de BH, Leonardo Ferraz, com a mediação à cargo da Controladora-Geral Adjunta de BH, Cláudia Fusco.

Com o tema **“Gestão e responsabilidade: o papel do acordo de não persecução administrativa na Administração Pública”**, Marcílio Barenco compôs também o quarto e último painel do evento, ao lado do Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão, com moderação de Daniel Avelar, Subcontrolador de Correição de Belo Horizonte.

Em sua apresentação, trouxe reflexão aprofundada sobre os instrumentos autocompositivos na gestão pública, destacando a importância do acordo de não persecução administrativa como mecanismo moderno e eficaz para promover integridade, prevenir litígios e garantir a responsabilização adequada de pessoas jurídicas envolvidas em práticas lesivas.

Durante a palestra, o Procurador-Geral abordou aspectos históricos e normativos que moldaram o sistema multiportas no Brasil, desde as primeiras legislações de juizados especiais e ação civil pública até marcos recentes como a Lei federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Portaria Normativa nº 155/2024 da Controladoria-Geral da União, que regula os termos de compromisso no âmbito da Lei nº 12.846/2013, e a Portaria CGTM nº 005/2025 publicada na data de hoje.



O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, em sua palestra. Foto: Acervo pessoal.

Barenco destacou a ressignificação do conceito de indisponibilidade do interesse público, enfatizando a diferença entre disponibilidade material e formal, além de ressaltar os efeitos positivos da mediação e conciliação na Administração Pública, como a redução de conflitos, o aumento da efetividade e o fortalecimento da segurança jurídica.

Apresentando também experiências práticas do MPC-MG, como a estruturação do Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos (NURC) e exemplos de Termos de Ajustamento de Conduta de Gestão Pública (TACG).



Licurgo Mourão, Daniel Avelar e Marcílio Barenco. Foto: Acervo pessoal.

MPC-MG na IV Semana do Controle Interno: Promoção da Política Municipal de Integridade – Controladoria em Movimento

(continuação)

Palestra Maria Tereza Fonseca Dias

A Assessora ministrou palestra no terceiro painel ao lado de Jéssica Maciel, Controladora-Geral do Município de Conceição do Mato Dentro (MG), enquanto a mediação foi conduzida por Mariana Bueno, Assessora do Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão.

Na palestra “Extinção contratual e prorrogação na Nova Lei de Licitações”, Maria Tereza Fonseca Dias apresentou as principais inovações e cuidados previstos na Lei federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) no que se refere à gestão de contratos administrativos.

Enumerou os motivos para a extinção dos contratos: por cumprimento do objeto, término do prazo de vigência, distrato, rescisão ou anulação, sendo essencial que a decisão seja formalizada e formalmente motivada por nota técnica ou relatório. Um dos destaques foi a possibilidade de rescisão por atraso de repasse financeiro, que passa a ser prevista expressamente na nova legislação.

Maria Tereza destacou ainda que, para a prorrogação contratual, é necessário comprovar o interesse público, a vantajosidade da medida



A Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG, Maria Tereza Dias. Foto: CGM-BH.

e a inexistência de irregularidades, devendo a prorrogação ser requerida com antecedência e sempre formalizada por termo aditivo.

Ao longo da exposição, a palestrante reforçou a importância do planejamento e da atuação técnica para evitar prejuízos à Administração Pública e garantir a continuidade do serviço. Também trouxe entendimentos da doutrina, da jurisprudência e da prática institucional, com destaque para manifestações da Consultoria Técnica do MPC-MG e do Tribunal de Contas da União (TCU). ■



Participantes do evento. Foto: CGM-BH.



Jéssica Maciel, Mariana Bueno e Maria Tereza Dias. Foto: CGM-BH.

Procuradora Corregedora do MPC-MG participa do Corregedoria Day

por Simone Pereira

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado por sua Procuradora Corregedora, Sara Meinberg, marcou presença na abertura do Corregedoria Day, realizado no dia 8, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Com o tema “Juntos pela saúde mental: o Tribunal mais forte”, a edição deste ano foi dedicada ao cuidado com a saúde emocional no âmbito institucional.

Além de Sara Meinberg, o dispositivo de honra foi composto pelo Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo, e pelo Corregedor, Gilberto Diniz. Ainda, estiveram presentes no evento os Conselheiros em exercício Licurgo Mourão e Adonias Monteiro, além de servidores e colaboradores.

Em sua fala inicial, o Corregedor do TCE-MG, Gilberto Diniz, destacou a necessidade de se pautar a gestão pública pela promoção da saúde mental, especialmente no âmbito do trabalho. Diniz mencionou ainda o avanço institucional que representa o fato de todos os Tribunais de Contas já contarem com Corregedorias próprias. Concluiu enfatizando o papel



A Procuradora Corregedora do MPC-MG, Sara Meinberg.
Foto: MPC-MG.

dessas estruturas na disseminação de boas práticas e na consolidação de uma cultura organizacional mais saudável.

A Procuradora Sara Meinberg, por sua vez, ressaltou que o papel da Corregedoria vai além da função correcional, abrangendo também a orientação e o cuidado com os servidores. Segundo ela, a estabilidade emocional é tão essencial quanto a capacidade técnica, pois sem equilíbrio psicoemocional não se sustenta o desempenho profissional diante dos desafios cotidianos. “Somos sujeitos a erros, mas o que se espera é que reconheçamos nossos erros”, afirmou. Defensora da criação de ambientes institucionais acolhedores, Meinberg sublinhou que o bem-estar emocional é alicerce para a paz interior – e esta, por sua vez, o caminho para a realização pessoal e felicidade.



Adonias Monteiro, Gilberto Diniz, Sara Meinberg e Licurgo Mourão. Foto: MPC-MG.

Procuradora Corregedora do MPC-MG participa do Corregedoria Day

(continuação)



A Procuradora Corregedora do MPC-MG, Sara Meinberg, durante seu discurso. Foto: MPC-MG.

Já o Conselheiro Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo, também reforçou a necessidade de se promover o respeito às diferenças e o cuidado com o outro como pressupostos de um ambiente de trabalho saudável. Ao tratar do paradoxo da tolerância, enfatizou a importância de instituições que cultivem o bem-estar e evitem situações de exclusão ou hostilidade no convívio profissional.



O Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo. Foto: MPC-MG.



O Corregedor do TCE-MG, Conselheiro Gilberto Diniz. Foto: MPC-MG.

A programação do Corregedoria Day contou com palestras nos dois turnos. Pela manhã, o psiquiatra e nutrólogo Frederico Porto abordou a promoção da saúde mental no ambiente institucional, enquanto o ex-desembargador do Tribunal Regional do Trabalho e ex-ministro do

Procuradora Corregedora do MPC-MG participa do Corregedoria Day

(continuação)

Estado do Trabalho Caio Vieira de Mello trouxe uma análise jurídica das causas de adoecimento mental no Tribunal. À tarde, foi a vez de o psiquiatra William Pereira Alves falar sobre promoção da saúde mental no ambiente de traba-

lho, encerrando-se o ciclo com apresentação da psicóloga Mirtes Conrado Sampaio a respeito dos princípios éticos nas relações interpessoais como caminho possível para a construção da saúde emocional. ■

GALERIA DE FOTOS



LEGENDAS

1: Frederico Porto durante sua palestra. | 2: O ex-desembargador do Tribunal Regional do Trabalho e ex-ministro do Estado do Trabalho Caio Vieira. | 3: William Pereira Alves palestra. | 4: Mirtes Conrado Sampaio conduzindo momento de reflexão. | Fotos: MPC-MG.

MPC-MG promove palestra do Projeto “Conhecendo o MPC”

por Simone Pereira

No dia 7, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais realizou mais uma edição do Projeto “Conhecendo o MPC”, iniciativa coordenada pela Procuradora-Ouvidora Elke Moura. A atividade, voltada para a aproximação do MPC-MG com a sociedade e para a formação cidadã, teve como público-alvo alunos da Universidade Fumec.

O encontro aconteceu na Sala Ágora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e contou com a palestra de Ana Carolina de Souza e Silva, Assessora da Procuradora Cristina Andrade Melo.



A palestrante Ana Carolina de Souza.
Foto: Acervo pessoal.

MPC-MG promove palestra do Projeto “Conhecendo o MPC”

(continuação)

Durante a apresentação, foi exibido o vídeo institucional do MPC-MG, seguido de uma explanação sobre a estrutura, atribuições e funcionamento do Órgão Ministerial, que atua na fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos estaduais e municipais. Ana Carolina destacou o papel do Ministério Público de Contas como fiscal da lei e agente de controle externo, com ênfase na sua atuação independente e técnica.

Foram apresentados *cases* de atuação do MPC-MG, evidenciando como o trabalho desenvolvido contribui para a prevenção de irregularidades, o aprimoramento da gestão pública e a defesa do interesse coletivo. Os estudantes também puderam tirar dúvidas e conhecer melhor as possibilidades de atuação profissional na área de controle e fiscalização. ■



Participantes da palestra. Foto: Acervo pessoal.



Participantes, ao lado de Pedro Henrique Azevedo, Diretor de Fiscalização Integrada e Inteligência – SURICATO, do TCE-MG. Foto: Acervo pessoal.

MPC-MG promoverá 1º Ciclo de Palestras do ano no âmbito do 5º Programa de Capacitação

por Simone Pereira



O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais realizará, no dia 5 de junho, às 14h, no Auditório da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o primeiro Ciclo de Palestras Temáticas de 2025. A atividade integra o 5º Programa de Capacitação do MPC-MG, coordenado pela Procuradora Elke Moura, e é voltada a todos os servidores e colaboradores da instituição.

Com o tema “**Desafios e limites do uso da inteligência artificial no âmbito do controle externo**”, o evento visa promover reflexões estratégicas sobre os impactos, riscos e potencialidades do uso de mecanismos de inteligência artificial nas atividades de fiscalização e controle.

A abertura da capacitação será realizada pelo Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco. Na sequência, Fábio Correa Xavier, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), abordará o tema: “Uso da inteligência artificial

na análise de dados/documentos. limitações éticas e segurança: proteção de dados pessoais, transparência dos processos e risco de viés algorítmico”.

Após, Rainério Rodrigues Leite, Secretário de TI e Evolução Digital do Tribunal de Contas da União (TCU), apresentará a palestra “Uso da inteligência artificial na gestão de informações estratégicas: possibilidades”.

A inscrição é gratuita e deve ser feita pela plataforma Sympla e os participantes receberão certificado com carga horária de 2h30.

ANOTE NA AGENDA

Data: 05/06/2025

Horário: 14h

Local: Auditório da Escola de Contas do TCE-MG | 1º andar – Prédio Anexo

Público-alvo: servidores e colaboradores do MPC-MG

Inscrições [aqui!](#) ■

Procurador-Geral do MPC-MG participa de 3º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas

por Simone Pereira



A mesa de honra. Foto: Atricon.

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, participou, na manhã do dia 13, da abertura do 3º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas, que acontece no Município de São Paulo.

Além de Marcílio Barenco, compuseram a mesa de honra, o Presidente do TCM-SP, Domingos Dissei; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Edilson Silva; o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Edilberto Pontes; o Presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Luiz Antonio Guaraná; a Presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), Milene Dias da Cunha; e o Presidente da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul (Asur), Marco Peixoto.

Completaram a composição da mesa de autoridades os Vice-Presidentes do TCM-SP, Ricardo Torres, e de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos da Atricon, João Antônio da Silva Filho; o Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle Externo e Coordenador-Geral do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), Carlos Ranna; os Auditores de controle externo Murilo Ma-



Autoridades presentes no evento. Foto: Atricon.

Procurador-Geral do MPC-MG participa de 3º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas

(continuação)

chado, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos TCs do Brasil (ANTC), e Fernando Morini, Diretor Administrativo do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop); e o Conselheiro do TCM-SP Eduardo Tuma. Da Corte de Contas mineira, estiveram presentes o Conselheiro Presidente, Durval Ângelo; o Conselheiro em exercício Telmo Passareli, além de servidores.

O evento, que se estende até o dia 15 de maio, é um espaço dedicado à troca de experiências, disseminação de iniciativas bem-sucedidas e ao fortalecimento do Sistema de Controle Externo no Brasil. A iniciativa tem origem no projeto Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que avalia e destaca boas práticas no âmbito dos órgãos de controle.

Com o objetivo de fomentar a eficiência, a transparência e a inovação na Administração Pública, o Laboratório reúne membros e servidores dos Tribunais de Contas de todo o país, além de especialistas e representantes de entidades parceiras. A programação inclui apresentações de casos de sucesso, painéis temáticos, debates e reuniões estratégicas.

Entre os principais temas abordados nesta edição estão: Inteligência Artificial aplicada à fis-

calização, observatórios de políticas públicas, gestão de processos, seletividade, primeira infância, educação, saúde, engenharia, integridade, ouvidoria e transparência.

Ao participar da abertura, Marcílio Barenco reforçou o papel estratégico do Ministério Público de Contas na defesa do interesse público e na busca por melhorias contínuas na gestão pública:

“

Participar do Laboratório de Boas Práticas é uma oportunidade valiosa para reafirmarmos o compromisso do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais com a inovação, a transparência e o aperfeiçoamento das políticas públicas. É por meio da troca de experiências e da análise crítica de boas práticas que conseguimos fortalecer nossa atuação institucional e ampliar os resultados entregues à sociedade.

”

O Laboratório é uma realização da Atricon em parceria com o TCM-SP e o IRB, além de apoio do CNPTC, da Audicon, da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), da Asur e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO). ■



Participantes do evento, entre eles o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco; o Conselheiro Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo; o Conselheiro em exercício Telmo Passareli e servidores. Foto: TCE-MG.

MPC-MG participa de Reunião Técnica da Rede Ouvir

por Simone Pereira



Os participantes da reunião. Foto: Acervo pessoal.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais esteve presente, no dia 13 de maio, na Reunião Técnica da Rede Mineira de Ouvidorias – Rede Ouvir, realizada na sede da Ouvidoria-Geral do Estado (OGE-MG), na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. O servidor Rodrigo Gatti, lotado no Gabinete da Procuradora Ouvidora Elke Moura, representou a Procuradora na ocasião.

O encontro reuniu integrantes de diversas instituições públicas para debater temas relevantes e fortalecer a atuação das ouvidorias em Minas Gerais. A condução dos trabalhos ficou a cargo da Ouvidora-Geral do Estado, Gabriela Câmara, e do Ouvidor do Município de Belo Horizonte e Secretário Executivo da Rede Ouvir, Gustavo Costa Nassif.

Durante a programação, os participantes puderam conhecer a Sala de Situação da OGE-MG, estruturada com ferramentas de *business intelligence* para monitoramento e análise de dados provenientes das manifestações recebidas

pelos canais de ouvidoria. A Ouvidora-Geral do Estado apresentou os painéis de dados utilizados nas discussões sobre políticas públicas, evidenciando como a tecnologia tem aprimorado o atendimento ao cidadão. Até o momento, a OGE já registrou mais de 49 mil demandas apenas em 2025.

Outro destaque foi a apresentação da Ouvidora de Assédio Moral e Sexual da OGE-MG, Luciene Ribeiro Soares, que abordou o tema “Assédio moral e sexual na Administração Pública”. Com 22 anos de experiência na gestão pública estadual, Luciene abordou iniciativas de enfrentamento e prevenção a essas condutas no âmbito do serviço público mineiro.

A reunião também contou com a apresentação do Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria da Copasa, feita pela Ouvidora Suami Cruz Leão, que destacou os avanços e desafios enfrentados pela companhia na prestação de serviços à população.

MPC-MG participa de Reunião Técnica da Rede Ouvir (continuação)

Entre as pautas administrativas, definiu-se a realização de uma edição da Ouvidoria Itinerante na região do Barreiro, em Belo Horizonte, prevista para julho, com participação de todos os integrantes da Rede Ouvir.

Além do MPC-MG e da OGE-MG, participaram do encontro representantes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Tribunal

Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Minas Gerais (CRECI-MG), Cemig, Copasa, Arsa, Cefet, IFMG, OAB/MG, além dos Município de Belo Horizonte, Contagem, Divinópolis, Itabira e Itatiaiuçu, e do Instituto de Defesa da Cidadania e da Transparência (IDCT). ■

Fonte: Rede Ouvir

MPC-MG firma Termo de Cooperação com Faculdade Milton Campos para ampliar o projeto “Conhecendo o MPC”

por Lílian de Oliveira

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e a Faculdade Milton Campos oficializaram no dia 14, Termo de Cooperação que garante a inserção permanente do projeto “Conhecendo o MPC” na grade de atividades educacionais da instituição.

Sob coordenação da Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, o projeto é desenvolvido com foco na formação cidadã e na conscientização sobre

o papel dos órgãos de controle. A parceria engloba a apresentação de palestras presenciais ou virtuais, bem como visitas técnicas à sede do MPC-MG, voltadas aos estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação da referida faculdade. As atividades são organizadas em comum acordo entre as instituições, sem qualquer repasse de recursos ou encargos financeiros entre as partes.

ELKE MOURA DESTACA:



“A formalização de Termos de Cooperação com instituições de ensino, a exemplo deste firmado no dia 14 com a Faculdade Milton Campos, constitui importante passo na concretização do projeto, visto que insere, de forma permanente, no calendário das escolas e faculdades, visitas guiadas em nossa Instituição e a realização de palestras presenciais ou virtuais sobre o papel do MPC-MG, despertando nos jovens uma consciência cidadã para que possam se tornar partícipes no relevante processo de controle social.”

MPC-MG firma Termo de Cooperação com Faculdade Milton Campos para ampliar o projeto “Conhecendo o MPC”

(continuação)

Para o Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco, o acordo reforça o compromisso institucional do *Parquet* de Contas em promover educação cidadã:

“A aproximação com o meio acadêmico é estratégica para formar agentes públicos e privados conscientes de seu papel na defesa do interesse coletivo.”

O Termo de Cooperação é válido até 31 de maio de 2026 e entrou em vigor na data de sua assinatura, com eficácia legal conferida pela publicação do seu extrato, disponível na página 30 do **Diário Oficial de Contas** de 14 de maio de 2025. ■



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco.
Foto: TCE-MG.

Procurador-Geral do MPC-MG participa de abertura da IV Semana Mineira de Controle Interno

por Lílían de Oliveira

Na manhã do dia 19, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, participou da abertura da IV Semana Mineira de Controle Interno, promovida pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG), que reúne especialistas do Brasil e do mundo para discutir estratégias e boas práticas no controle interno e na gestão pública.

Após a execução do Hino Nacional, o Controlador-Geral do Estado deu as boas-vindas aos participantes e destacou os avanços do governo mineiro em áreas como auditoria interna, transparência, correição, combate à corrupção e promoção da integridade, mencionando



O dispositivo de honra. Foto: Cecília Pederzoli / TJMG.

diversas conquistas, como a redução no tempo médio de processos administrativos e da recuperação de valores significativos por meio de acordos de leniência: “Mais importante que os rankings de transparência são as ações

Procurador-Geral do MPC-MG participa de abertura da IV Semana Mineira de Controle Interno

(continuação)

concretas relacionadas ao tema — e isso temos feito no Estado”, afirmou.

Já o Diretor-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Gustavo Vidigal, destacou a importância do fortalecimento do controle interno na gestão pública. Ele ressaltou a necessidade de integração entre os controles interno e externo, conforme previsto na Constituição.

Por fim, o Governador Romeu Zema falou sobre a importância da transparência, da autonomia dos órgãos de controle e da punição justa para todos, independentemente de vínculos políticos.

O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, parabenizou a CGE pela iniciativa e destacou que a atuação articulada entre os órgãos de controle é essencial para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito:

“O controle interno, ao lado do controle externo, é pilar fundamental para a efetividade das políticas públicas e para a proteção do interesse coletivo. Em um Estado Democrático de Direito, zelar pela integridade da gestão pública é também zelar pela própria democracia. Precisamos continuar avançando juntos, com técnica, diálogo e compromisso institucional”.

As autoridades

Além de Barenco, compuseram o dispositivo de honra o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema; o Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Mateus Simões; o Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Estadual Gustavo Santana, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Estadual Tadeu Leite; o Presidente do Tribunal de Jus-

tiça de Minas Gerais, o Desembargador Luiz Carlos Corrêa Júnior; o Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, Paulo de Tarso Moraes Filho; o Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais, Rodrigo Fontenelle; a Superintendente da Controladoria-Geral da União em Minas Gerais, Tânia Santiago; a Subdefensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Karina Rodrigues Maldonado; o Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), Edmar Camata; o Desembargador do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, Rúbio Paulino Coelho, representando o Presidente do TJMMG, o Desembargador Jadir Silva; o Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa; a Ouvidora-Geral do Estado de Minas Gerais, Gabriela Siqueira; o Secretário de Estado da Casa Civil, Luiz Otávio; a Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Sílvia Listgarten; o Secretário de Estado de Comunicação Social, Bernardo Santos; o Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, o Coronel Carlos Frederico Otoni Garcia; a Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, a Delegada-Geral Letícia Gambogi; a Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, a Coronel Jordana de Oliveira Filgueiras Daldegan; o Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil, o Coronel Rezende; o Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte, Leonardo Ferraz, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião; a Secretária-Geral Adjunta do Estado de Minas Gerais, Ana Fernandes; o Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Gestão, Rodrigo Matias; a Secretária de Estado Adjunta de Educação, Fernanda Siqueira; o Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Frederico Amaral; o Secretário de Estado Adjunto, Pedro Calisto; e o Diretor-Geral do TCE-MG, Gustavo Vidigal, representando o Presidente, Conselheiro Durval Ângelo. ■

MPC-MG participa do lançamento do Plano de Gestão 2025-2026 do TCE-MG

por Simone Pereira



A Procuradora Corregedora, Sara Meinberg, a Procuradora Maria Cecília Borges, e o Procurador-Geral, Marcílio Barenco.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou, no dia 20, do lançamento do Plano de Gestão 2025-2026 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), realizado no Auditório Vivaldi Moreira. Pela manhã, o MPC-MG foi representado pelo Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco; pela Procuradora Corregedora, Sara Meinberg; e pela Procuradora Maria Cecília Borges. Já pela tarde, o Órgão Ministerial foi representado pelo Subprocurador-Geral e 1º Diretor Executivo da Ampcon, Daniel Guimarães, e pela Procuradora e 1ª Tesoureira da Ampcon, Cristina Andrade Melo.



O Subprocurador-Geral do MPC-MG e 1º Diretor Executivo da Ampcon, Daniel Guimarães, a Procuradora do MPC-MG e 1ª Tesoureira da Ampcon, Cristina Andrade Melo e o Conselheiro em exercício do TCE-MG, Adonias Monteiro. Foto: TCE-MG.

MPC-MG participa do lançamento do Plano de Gestão 2025-2026 do TCE-MG

(continuação)



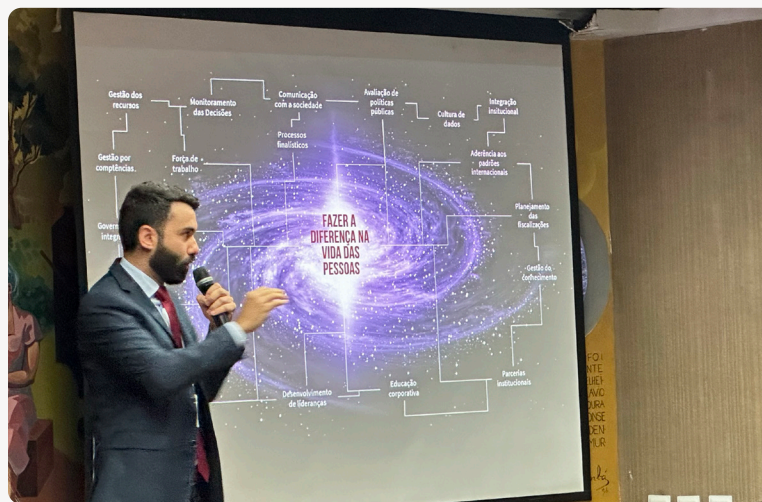
O Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, durante abertura do evento. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

A abertura foi conduzida pelo Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, que destacou o foco da nova gestão na centralidade das pessoas e na promoção de um controle externo mais próximo da realidade da população mineira. Na sequência, o evento seguiu com uma série de apresentações temáticas, cada uma voltada para um eixo estratégico do novo ciclo de gestão.



O Diretor-Geral do Tribunal, Gustavo Vidigal, apresentando as diretrizes do Plano de Gestão. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

O Diretor-Geral do Tribunal, Gustavo Vidigal, apresentou as grandes diretrizes do plano, ressaltando a importância de um controle orientado por prioridades sociais. Em seguida, o Diretor de Planejamento de Gestão Estratégica do TCE-MG, Alex Lopes, apresentou "O papel estratégico de um caminho coletivo de



O Diretor de Planejamento de Gestão Estratégica do TCE-MG, Alex Lopes, durante apresentação. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG participa do lançamento do Plano de Gestão 2025-2026 do TCE-MG

(continuação)

transformação”, e abordou o processo participativo de elaboração do plano, enfatizando o protagonismo dos servidores.

Posteriormente, a Superintendente de Controle Externo, Jaqueline Somavilla, apresentou os “Projetos Estratégicos da Área Finalística”, que incluem ações voltadas à modernização das auditorias, à intensificação do uso de dados e ao fortalecimento da fiscalização de políticas públicas.



A Superintendente de Controle Externo, Jaqueline Somavilla, durante sua apresentação.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Sara Meinberg, Maria Cecília Borges, Marcílio Barenco, Durval Ângelo e Telmo Passareli.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



A Superintendente de Gestão e Finanças, Milena Alves, durante sua apresentação. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

A quarta apresentação foi realizada pela Superintendente de Gestão e Finanças, Milena Alves, que tratou dos “Projetos dos Objetivos Estratégicos de Sustentação”. Ela destacou medidas de aprimoramento da governança institucional, da gestão de riscos e do uso eficiente dos recursos públicos.

Dando continuidade ao evento, Gustavo Vidigal voltou ao palco para detalhar os “Projetos Estratégicos da Presidência”, com foco na transparência, na comunicação institucional e no desenvolvimento de soluções inovadoras voltadas à gestão pública.

A solenidade foi finalizada com a exibição de um vídeo institucional e um novo pronunciamento do Conselheiro Presidente, Durval Ângelo, que reforçou a importância do trabalho integrado entre as áreas do Tribunal.

O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco apontou a importância do lançamento:

“

O lançamento do Plano de Gestão 2025-2026 do Tribunal de Contas é um momento importante para refor-

MPC-MG participa do lançamento do Plano de Gestão 2025-2026 do TCE-MG

(continuação)

çar o compromisso institucional com um controle externo cada vez mais eficaz, moderno e conectado com as necessidades da sociedade. A presença do Ministério Público de Contas nesse evento simboliza também o nosso alinhamento com essa visão estratégica.

Entendemos que um planejamento bem construído, participativo e alinhado entre as instituições que integram o sistema de controle contribui não apenas para maior eficiência administrativa, mas também para uma atuação mais resolutiva, preventiva e transformadora. O caminho é coletivo – e é com esse espírito que o Ministério Público de Contas reafirma seu compromisso com a boa governança e o interesse público.



Da direita para a esquerda: Licurgo Mourão, Adonias Monteiro, Cristina Andrade Melo, Daniel Guimarães, e Durval Ângelo. Foto: TCE-MG.

Além das autoridades mencionadas marcou presença os Conselheiros em exercício do TCE-MG Telmo Passarelli, Adonias Monteiro e Licurgo Mourão, além de servidores e colaboradores da Casa. ■

MPC Cast 4ª temporada

por Simone Pereira



Nesta edição do MPC Cast, recebemos o servidor da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), **Aghisan Xavier Ferreira Pinto**.

Durante a conversa, ele explicou o que são as intervenções estadual e federal, detalhando em quais hipóteses essas medidas podem ser adotadas. Ele também abordou quem pode iniciar ou solicitar um processo de intervenção e comentou sobre três casos recentes em que o Brasil registrou esse tipo de ação.

O episódio completo já está disponível no Spotify e no YouTube! ■

LEX DATA

por Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

LGPD – RESPONSABILIDADE E RESSARCIMENTO DE DANOS

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) além de estabelecer princípios e direitos para o tratamento de dados pessoais, também cria mecanismos de responsabilização para aqueles que tratam dados de forma inadequada ou que causem danos aos titulares.

O art. 42 da LGPD¹ determina que os agentes de tratamento respondem solidariamente pelos danos quando não observarem as obrigações legais da LGPD ou agirem de forma incompatível com a boa-fé e os princípios da lei.

Além disso, prevê que aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida da sua responsabilidade no evento danoso, podendo, ainda, o juiz inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando considerar verossímil a alegação, for comprovada a hipossuficiência para fins de produção de provas ou quando a produção de provas pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.²

FONTE

¹ Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. § 1º A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados:

I - o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei;

II - os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei.

§ 2º O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

§ 3º As ações de reparação por danos coletivos que tenham por objeto a responsabilização nos termos do caput deste artigo podem ser exercidas coletivamente em juízo, observado o disposto na legislação pertinente.

§ 4º Aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso.

² <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>

COLUNA IURISPRUDENTIA

por Bruno Pimenta Carreiro

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Informativo nº 1.172

Resumo: “A competência suplementar dos Estados-membros para legislar sobre educação e ensino restringe-se à edição de normas específicas para atender às peculiaridades desses entes da Federação e não serve de pretexto para elaborar normas gerais sobre educação ou disciplinar outras matérias de competência reservada à União.”

(ADI 2.965/GO, Relator: Ministro Luiz Fux, julgamento finalizado em 2.4.2025)

Informativo nº 1.173

Resumo: “É inconstitucional – por usurpar a competência da União para dispor sobre normas gerais de organização do Ministério Público (CR/1988, arts. 61, § 1º, II, “d”; 93, II; e 129, § 4º) e por afrontar o princípio da isonomia (CR/1988, arts. 5º, caput; e 19, III) – lei complementar estadual que fixa o tempo de serviço público em geral como critério de desempate para a promoção, por antiguidade ou por

merecimento, de membros do Ministério Público local.” (ADI 7.280/PA, Relator: Ministro André Mendonça, julgamento virtual finalizado em 11.4.2025)

Resumo: “É constitucional – por não apresentar vício de iniciativa e estar em conformidade com a competência legislativa concorrente dos Estados para dispor sobre proteção e defesa da saúde (CR/1988, art. 24, XII) – lei estadual de origem parlamentar que prevê a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de análogos de insulina a portadores de diabetes.” (ADI 5.758/SC, Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 11.4.2025)

Resumo: “As receitas próprias do Poder Judiciário da União que tenham como destinação o custeio de serviços afetos às suas atividades específicas não se submetem ao limite de gastos imposto pelo novo arcabouço fiscal (LC nº 200/2023).” (ADI 7.641/DF, Relator: Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 11.4.2025)



COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

Informativo nº 1.174

Resumo: “É inconstitucional – por violar os princípios da simetria e da impessoalidade – dispositivo de lei estadual que prevê, no caso de empate, a escolha, mediante votação secreta e pelo sufrágio da maioria dos membros do Tribunal de Contas estadual, de três nomes para a composição de lista tripla entre os candidatos mais antigos.” (ADI 5.276/PE, Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 24.4.2025)

Resumo: “No preenchimento das vagas para o cargo de Conselheiro de Tribunal de Contas esta-

dual de competência do Governador, essa autoridade deve, primeiramente, indicar as vagas destinadas aos Auditores e membros do Ministério Público junto à Corte de Contas e, na sequência, uma de sua livre escolha. [...] São inconstitucionais – por violar o princípio da simetria – normas estaduais que exigem que o Auditor, para fins de substituição de Conselheiro do Tribunal de Contas, conte com tempo de serviço prestado na própria Corte de Contas, bem como não tenha sido punido pela prática de infração disciplinar ou esteja respondendo a processo disciplinar.” (ADI 5.587/BA, Relator: Ministro André Mendonça, julgamento virtual finalizado em 24.4.2025)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Informativo nº 846

Destaque: “A natureza jurídica dos terrenos que margeiam os rios navegáveis é de bem público da União, não sendo, por isso, suscetíveis de apropriação privada, salvo se demonstrada a existência de enfiteuse ou concessão administrativa de caráter pessoal, quando haverá a possibilidade de indenização.” (REsp 1.976.184-MG, Relator: Ministro Paulo Sérgio Domingues, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 1.4.2025)



Destaque: “Para a configuração do crime de prevaricação, exige-se o dolo específico de satisfazer interesse ou sentimento pessoal de forma objetiva e concreta, não sendo suficiente a mera negligência, comodismo ou descompromisso.” (AgRg no AREsp 2.693.820-SP, Relator: Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 18.3.2025, DJEN 26.3.2025)

Informativo nº 847

Destaque: “A execução fiscal é cabível para a cobrança de multas civis fixadas em sentença decorrentes de atos de improbidade administrativa, desde que instruída com a respectiva CDA; sendo a Fazenda Pública lesada parte legítima para propor tal execução.” (REsp 2.123.875-MG, Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 1.4.2025, DJEN 4.4.2025)

Informativo nº 848

Destaque: “A vedação à solidariedade contida no art. 17-C, §2º, da Lei n. 8.429/1992 é aplicável

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

quando individualizáveis os desígnios dos agentes ativos do ato ilícito, mas não quando tenham, todos eles, participado em unidade de vontades no cometimento da improbidade, oportunidade em que se poderá atribuir a todos o dever de ressarcir

integralmente os danos causados, na forma do art. 942 do CC.” (AgInt no AREsp 1.485.464-SP, Relator: Ministro Paulo Sérgio Domingues, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 8.4.2025, DJEN 10.4.2025)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**Boletim de jurisprudência nº 533****Competência do TCU. Administração federal. Delação premiada. Adesão.**

“A adesão formal do TCU a acordo de colaboração premiada implica sua anuência expressa às cláusulas de não sancionamento do colaborador em relação aos fatos abrangidos no ajuste, podendo tal efeito estender-se a fatos conexos nos casos em que o Tribunal tenha se beneficiado de provas ou informações provenientes do acordo para a responsabilização de outros agentes. (Acórdão 626/2025 – Plenário. Administrativo. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Licitação. Obras e serviços de engenharia. Fiscalização. Supervisão. Medição. Critério. Justificativa. Ausência.

A ausência de justificativas para a escolha do critério de medição nos processos licitatórios de supervisão e gerenciamento de obras financiados com recursos orçamentários da União, especialmente nos casos em que seja inaplicável a adoção de critérios de medição baseados na entrega de produtos ou em resultados alcançados, viola o dever de motivação dos atos administrativos (arts. 2º e 50, inciso VII, da Lei n. 9.784/1999). (Acórdão 648/2025 – Plenário. Auditoria. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus)

Boletim de jurisprudência nº 534**Direito Processual. Representação. Admissibilidade. Denúncia. Interesse privado. Interesse público.**

Não se conhece de denúncia ou representação em que haja evidência da presença de interesses pre-

dominantemente privados perante a Administração Pública. Embora sempre exista interesse público na correção de atos administrativos praticados pelos jurisdicionados, cabe ao TCU limitar sua atuação aos casos em que o interesse público seja preponderante em relação aos interesses privados que possa vir a tutelar. (Acórdão 742/2025 – Plenário. Denúncia. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues)

Licitação. Ato administrativo. Revogação. Fato superveniente. Princípio da motivação.

A revogação de certame licitatório só pode ocorrer diante de fatos supervenientes que demonstrem que a contratação pretendida tenha se tornado inconveniente e inoportuna ao interesse público. Ao constatar que a motivação da revogação foi genérica e incapaz de demonstrar sua real necessidade, pode o TCU determinar ao jurisdicionado que anule o ato revogatório, a fim de permitir a continuidade da licitação. (Acórdão 2251/2025 – Primeira Câmara. Representação. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus)

Boletim de jurisprudência nº 535**Responsabilidade. Culpa. Supervisão. Culpa in eligendo. Culpa in vigilando.**

Não se impõe ao gestor o dever de fiscalizar todo e qualquer ato praticado pelos subordinados, sendo imprescindível, para a caracterização da responsabilidade pela má escolha (*culpa in eligendo*) ou pela ausência de fiscalização (*culpa in vigilando*), a análise das situações de fato que envolvem o caso concreto. (Acórdão 1970/2025 – Segunda Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Aroldo Cedraz)

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

Direito processual. Revelia. Princípio da verdade de material. Prova (Direito). Princípio da presunção de veracidade. Código de Processo Civil.

A revelia em processo do TCU não gera presunção de veracidade dos fatos imputados ao responsável, efeito típico do processo civil. Eventual condenação pelo Tribunal deve estar fundamentada em provas que caracterizem a conduta irregular do agente revel. (Acórdão 1990/2025 – Segunda Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Augusto Nardes)

Responsabilidade. Débito. Culpa. Dolo. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Erro grosseiro.

O dever de indenizar os prejuízos ao erário permanece sujeito à comprovação de dolo ou culpa, sem qualquer gradação, inclusive para fins do direito de regresso (art. 37, § 6º, da Constituição da República). As alterações promovidas no Decreto-Lei n. 4.657/1942 (Lindb) pela Lei n. 13.655/2018, em especial, a inclusão do art. 28, ou mesmo a regulamentação trazida pelo Decreto n. 9.830/2019, não provocaram modificação nos requisitos necessários para a responsabilidade financeira por débito. (Acórdão 1993/2025 – Segunda Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Augusto Nardes)

Boletim de jurisprudência nº 536**Contrato administrativo. Obras e serviços de engenharia. Fiscalização. Contrato de supervisão. Complexidade. Princípio da eficiência. Empresa estatal.**

Nos casos em que a complexidade e a importância da obra para a empresa estatal exijam a contratação de empresa supervisora para subsidiar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, o início do empreendimento sem a adoção dessa medida afronta o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição da República e no art. 31 da Lei n. 13.303/2016. (Acórdão 795/2025 – Plenário. Auditoria. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Contrato Administrativo. Obras e serviços de engenharia. Superfaturamento. Referência. Índice de preços. Correção.

A correção ou a retroação de referenciais de preços por longos períodos não se presta para a verificação da compatibilidade dos valores contratados com os vigentes no mercado à época do ajuste, uma vez que correções monetárias por períodos demasiadamente longos geram distorções, por não considerarem outras variáveis incidentes sobre os preços. (Acórdão 808/2025 – Plenário. Recurso de Revisão. Relator: Ministro Jorge Oliveira)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Boletim de jurisprudência nº 348****Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal n. 13.904/2022 de Uberlândia. Vedação de uso da linguagem neutra e do dialeto não binário. Diretrizes e bases da educação nacional. Competência privativa da União. Inconstitucionalidade formal. Pedido julgado procedente.**

- Compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases para a educação, conforme se extrai do art. 22, XXIV, da Constituição da República.

- Padece de vício formal de inconstitucionalidade a Lei municipal n. 13.904/2022, de Uberlândia, que prevê a vedação da utilização de linguagem neutra na grade curricular. (TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.24.005466-8/000, Relator: Desembargador Kildare Carvalho, Órgão Especial, j. em 28.3.2025, p. em 9.4.2025)

Boletim de jurisprudência nº 349**Ementa: Direito Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal. Obrigato-**

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

riedade de uso de sistema de rastreamento em veículos oficiais. Matéria administrativa. Vício formal de iniciativa. Inconstitucionalidade declarada.

Tese de julgamento: “É inconstitucional norma municipal de iniciativa parlamentar que imponha obrigações administrativas típicas ao Poder Executivo, como a instalação de sistema de rastreamento em veículos oficiais, por violar o princípio da separação dos poderes e configurar vício formal de iniciativa. Leis que gerem aumento de despesa pública devem observar o art. 113 do ADCT, com apresentação de estimativa de impacto orçamentário e financeiro.” (TJMG – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.23.332332-8/000, Relator: Desembargador Fernando Caldeira Brant, Órgão Especial, j. em 25.4.2025, p. em 30.4.2025)

Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal n. 3.702/2023 de Unaí. Norma de iniciativa parlamentar. Criação do programa de apoio às vítimas de acidente vascular cerebral. Instituição de nova atribuição para os órgãos da Administração. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Violação do princípio da separação dos poderes. Criação de despesa. Art. 113 do ADCT. Estudo de impacto financeiro e orçamentário. Ausência. Inconstitucionalidade.

- Compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que criem novas atribuições para órgãos da Administração Municipal.

- A instituição de um Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC no Município de Unaí confere inédita atribuição à Administração Pública, ao impor ao Executivo a obrigação de atuar, garantindo o tratamento a nível emergencial e também eletivo, a realização de exames, o apoio psicológico ao enfermo e seus familiares, o acesso à adequada medicação e demais terapêuticas, e promovendo a orientação social, previdenciária e trabalhista aos acometidos pela doença, revelando-se necessária a definição de estrutura e servidores para desempenho das novas atividades.

- A Lei municipal n. 3.702/2023, de iniciativa parlamentar, embora possua caráter nitidamente social, caracteriza ingerência indevida na atividade tipicamente administrativa e viola o princípio da separação dos poderes, além de criar despesa obrigatória para o ente público e, em contrapartida, não possuir prévio estudo do seu impacto financeiro e orçamentário, nos termos do art. 113 do ADCT da Constituição da República, sendo forçoso concluir pela sua inconstitucionalidade. (TJMG – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.24.181544-8/000, Relator: Desembargador Edilson Olímpio Fernandes, Órgão Especial, j. em 23.4.2025, p. em 30.4.2025)

Ementa: Direito Administrativo e processual civil. Apelação cível. Responsabilidade civil do Município. Erro médico. Síndrome compar-timental. Ausência de culpa. Manutenção da sentença. Desprovimento.

Tese de julgamento: “Para a responsabilização civil do Município por erro médico, nos casos de atendimento por profissional vinculado ao SUS, é necessária a demonstração da culpa do agente público e do nexo de causalidade entre a conduta médica e o dano alegado.” (TJMG – Apelação Cível nº 1.0000.24.530205-4/001, Desembargador Richardson Xavier Brant (JD Convocado), 5ª Câmara Cível, j. em 24.04.2025, p. em 25.4.2025)



COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Informativo de jurisprudência nº 306**

Consulta. Assembleia Legislativa. Aposentadoria com aplicação do redutor de idade. Membros da Polícia Legislativa, policiais civis, agentes penitenciários e agentes socioeducativos. Art. 148, §§ 2º e 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. Cumprimento do pedágio. Dispensa para servidores policiais que tenham ingressado em cargo efetivo até 16/12/1998. Arquivamento.

Os §§ 2º e 3º do art. 148 do ADCT da Constituição do Estado estabeleceram regras distintas e alternativas para a aposentadoria dos membros da Polícia Legislativa, policiais civis, agentes penitenciários e agentes socioeducativos, de forma que, para os servidores policiais que ingressaram no serviço público até 16/12/1998, o § 3º pode ser aplicado independentemente do cumprimento do período adicional de contribuição correspondente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que faltava para atingir o respectivo tempo mínimo de contribuição ("pedágio") previsto no § 2º. (Processo 1.184.929 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro Mauri Torres. Deliberado em 2.4.2025. Publicado em 9.4.2025)

Informativo de jurisprudência nº 307

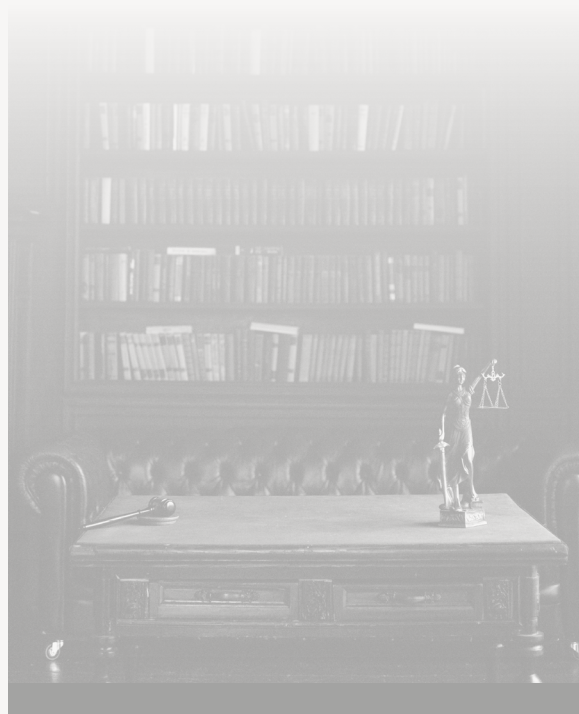
Consulta. Contratação pública. Aquisição de medicamentos. Admissibilidade. Conhecimento parcial. Mérito. Lei n. 14.133/2021. Parcelamento. Adjudicação. Aglutinação do objeto.

1. O parcelamento do objeto e a adjudicação por itens consistem em regra geral nas licitações por permitirem a participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para o fornecimento da totalidade dos medicamentos licitados, possam fazê-lo com relação a determinados fármacos, nos termos do art. 40 da Lei n. 14.133/2021.
2. Na hipótese de julgamento e adjudicação pelo menor preço por lote, em detrimento do menor pre-

ço por item, é necessária a demonstração, nos autos do processo licitatório, da inviabilidade técnica ou econômica para se estabelecer a adjudicação por itens individuais, conforme disposto nos arts. 18, § 1º, VIII, e 40, § 3º, da Lei n. 14.133/2021. (Processo 1.102.202 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro Substituto Licurgo Mourão. Deliberado em 9.4.2025. Publicado em 29.4.2025)

Consulta. Instituto de previdência. Servidores municipais. Processo licitatório para gerenciamento da folha de pagamento. Transferência de valores auferidos pela cessão do direito. Impossibilidade. Arquivamento.

A Administração Pública não pode transferir a aposentados, pensionistas e servidores efetivos os valores auferidos pela cessão do direito de exploração econômica da folha de pagamento a essas pessoas, porque tal transferência não corresponderia a atendimento ao interesse público. (Processo 1.127.724 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro Durval Ângelo. Deliberado em 9.4.2025. Publicado em 29.4.2025)



MPC-MG EM NÚMEROS

por Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP)

Confira a movimentação processual entre o **MPC-MG** e o **TCE-MG** referente ao mês de **ABRIL**.

1.528

PROCESSOS **ENTRARAM**

1.334

PROCESSOS **SAÍRAM**, COM PARECER,
DESPACHO OU MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS

06 Notícias de Irregularidades

01 Assunto Administrativo

01 Procedimento Preparatório

REPRESENTAÇÕES

1.188.134 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DO MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS, EM RAZÃO DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA DISPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA, A QUAL, SEGUNDO O REPRESENTANTE, DEVE SER REMOVIDA PARA QUE HAJA O ADEQUADO ORDENAMENTO TERRITORIAL, A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANO E O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.

1.188.144 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, EM RAZÃO DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA DISPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA, A QUAL, SEGUNDO O REPRESENTANTE, DEVE SER REMOVIDA PARA QUE HAJA O ADEQUADO ORDENAMENTO TERRITORIAL, A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANO E O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.

REPRESENTAÇÕES

(continuação)

1.188.147 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DO MPC-MG, DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES, EM FACE DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DE BELO HORIZONTE E DA EMPRESA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S.A. (BHTRANS), ALEGANDO SUPOSTA ILEGALIDADE NA NOMEAÇÃO DO REFERIDO SECRETÁRIO MUNICIPAL PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BHTRANS.

1.188.156 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS, EM RAZÃO DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA DISPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA, A QUAL, SEGUNDO O REPRESENTANTE, DEVE SER REMOVIDA PARA QUE HAJA O ADEQUADO ORDENAMENTO TERRITORIAL, A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANO E O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.

1.188.160 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DO MUNICÍPIO DE TAQUARAÇU DE MINAS, EM RAZÃO DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA DISPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA NO MUNICÍPIO, A QUAL, SEGUNDO O REPRESENTANTE, DEVE SER REMOVIDA PARA QUE HAJA O ADEQUADO ORDENAMENTO TERRITORIAL, A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANO E O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.

1.188.161 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO, EM RAZÃO DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA DISPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA NO MUNICÍPIO, A QUAL, SEGUNDO O REPRESENTANTE, DEVE SER REMOVIDA PARA QUE HAJA O ADEQUADO ORDENAMENTO TERRITORIAL, A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANO E O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.

1.188.166 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, EM RAZÃO DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA DISPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA, A QUAL, SEGUNDO O REPRESENTANTE, DEVE SER REMOVIDA PARA QUE HAJA O ADEQUADO ORDENAMENTO TERRITORIAL, A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANO E O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE.

REPRESENTAÇÕES

(continuação)

1.188.167 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DO MPC-MG, DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES, EM FACE DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E DA COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE (URBEL), EM RAZÃO DE SUPOSTA ILEGALIDADE NA NOMEAÇÃO DOS REFERIDOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA URBEL.

1.188.175 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DO MPC-MG, DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES, EM FACE DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE BELO HORIZONTE E DA EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE (PRODABEL), ALEGANDO SUPOSTA ILEGALIDADE NA NOMEAÇÃO DOS REFERIDOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODABEL.

1.188.178 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, EM RAZÃO DE SUPOSTAMENTE NÃO HAVER, EM EDITAIS DE PROCESSOS SELETIVOS, GARANTIA DE RESERVA DE QUOTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DE QUOTAS RACIAIS.

1.188.187 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA DO MPC-MG ELKE ANDRADE SOARES DE MOURA EM FACE DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO DIANTE DAS DENÚNCIAS DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PROCESSO LICITATÓRIO CUJO OBJETIVO CONSISTE, EM SÍNTESE, NO REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO (SAAE) DAQUELA MUNICIPALIDADE.

1.188.191 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DO MUNICÍPIO DE PEQUI, EM RAZÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO PRESENCIAL CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE BAIXA COMPLEXIDADE.

1.188.201 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DO MPC-MG, DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES, EM FACE DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E DA PBH ATIVOS, ALEGANDO SUPOSTA ILEGALIDADE NA NOMEAÇÃO DOS REFERIDOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.



MPC-MG

Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

MPC NOTÍCIAS

MAIO 2025 • EDIÇÃO 36

PROCURADOR-GERAL

MARCÍLIO BARENCO

SUBPROCURADOR-GERAL

DANIEL GUIMARÃES

EDIÇÃO

SIMONE PEREIRA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

GUILHERME FERNANDES

REVISÃO

LÍLIAN DE OLIVEIRA

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.mpc.mg.gov.br

INSTAGRAM



@mpc_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

FLICKR



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais